

História da Sociologia no Brasil e a formação de uma sociologia de caráter nacional: Alguns apontamentos acerca das teses de Guerreiro Ramos.

Eder Fernando dos Santos¹

Marcelo Augusto Totti²

Resumo: A história da Sociologia no Brasil é fruto do processo emblemático da formação social no país, que, distinto de outros países, esteve relacionada à formação universitária institucional. Nesse contexto, tivemos uma gama de pensadores que se debruçaram sobre a realidade brasileira, mas não foram incluídos no rol de sociólogos ou de cientistas sociais capazes de oferecer uma análise científica das estruturas sociais do país. Isso se deve em grande parte à interpretação da história da sociologia no Brasil, que classificou a disciplina em períodos e aponta como ponto culminante os anos 1930, em especial, após a criação da Universidade de São Paulo. Guerreiro Ramos, autor que debateu assiduamente esse tema, relacionou a formação acadêmica/universitária como impulsionadora de uma ciência sociológica nacional no Brasil, a crítica de Guerreiro Ramos, descortina a relação entre a formação de uma sociologia de matriz universal e científica e outra com características nacionais e ensaísticas, que se debruça sobre a realidade nacional tendo como viés uma ciência que se volte para as necessidades do país.

Palavras chaves: sociologia brasileira, história da sociologia brasileira.

¹ Eder Fernando dos Santos é doutorando no (PPGCS) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Campus – Marília-SP e membro do Grupo de Pesquisa Intelectuais, Esquerdas e Movimentos Sociais – CNPq.

² Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – Campus de Marília

History of Sociology in Brazil and the formation of a sociology with a national character: Some notes about the theses of Guerreiro Ramos.

Abstract: The history of Sociology in Brazil is the result of the emblematic process of social education in the country, which, unlike other countries, was related to institutional university education. In this context, we had a range of thinkers who focused on the Brazilian reality, but were not included in the list of sociologists or social scientists capable of offering a scientific analysis of the country's social structures. This is largely due to the interpretation of the history of sociology in Brazil, which classified the discipline into periods and points to the 1930s as the culmination, especially after the creation of the University of São Paulo. Guerreiro Ramos, an author who assiduously debated this theme, related academic/university training as a driving force for a national sociological science in Brazil, Guerreiro Ramos' criticism reveals the relationship between the formation of a sociology with a universal and scientific matrix and another with characteristics national and essayistic, which focuses on the national reality having as a bias a science that turns to the needs of the country.

Keywords: Brazilian Sociology, History of Brazilian Sociology.

Introdução

Dada a complexidade do tema, inúmeros autores se debruçaram para analisar a estrutura da sociedade brasileira, demarcando conceitos e interpretações sobre os estudos sociais no Brasil. Nesse sentido, Wanderley Guilherme dos Santos (1978) lança um olhar diferenciado em relação as interpretações clássicas em seu texto "*Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira*", o autor sustenta sua ideia em dois pontos importantes para a formação das Ciências Sociais no Brasil. O primeiro ponto é a absorção, o segundo ponto é a difusão, ambos os processos se relacionam aos progressos metodológicos provenientes de centros culturais que por conseguintes são frutos de movimentos da história política, econômica e social, que desembarcaram em nosso território.

O autor propôs em seus estudos que a interação e reflexão entre o passado e presente do Brasil refere-se a: "processos sociais que é, em qualquer cultura, fruto da relação simultânea que a sociedade entretém, com seu passado e presente e com o presente de outras comunidades" (SANTOS, 1978, p.19). Desse modo, o risco apresentado está na condição e repercussão do que é transferido e da maneira como foi absorvido pela sociedade ao qual estava submetida às regras do Estado português, logo, portanto a pergunta que se deve fazer é, como ocorreu essas transmissões culturais?

Para essa resposta precisaremos entender a configuração do pensamento político e social na ótica de Santos, também precisaremos compreender como se com figurou a formação do Brasil, perpassando pelo seu descobrimento e até mesmo sobre um pouco da história de Portugal, na qual não pode ser observada de modo harmônico quanto ao seu desenvolvimento enquanto nação³.

A ascensão econômica portuguesa entre o final do século XV e início do século XVI, ocorreu com o início do declínio do período feudal, nessa fase Portugal não desenvolveu plenamente uma burguesia mercantil, tais como outros países da Europa que se desenvolveram industrialmente e economicamente. Nesse período, em específico, entrava em cena o movimento de contrarreforma, momento histórico marcado pelo retrocesso na história portuguesa. Esse movimento pedia a volta da escolástica, que era uma filosofia medieval retrógrada e oposta aos avanços promovidos pela burguesia industrial em formação, como nos setores marítimo, comercial, tecnológico, migração, entre outros.

³ Uma das primeiras comunidades humanas a se organizar como nação, no sentido moderno do termo, lidera juntamente com a Espanha o período de transformações que marca efetivamente o fim da era feudal e que precede à grande transformação capitalista burguesa. (SANTOS, 1978, p.20).

A disputa entre a Coroa e os mercadores aumentou e os efeitos da segunda escolástica foram a estagnação das forças econômicas que estavam em ascensão e que contribuíram para o crescimento do capitalismo industrial em formação, bem como a interrupção da produção de conhecimento científico. Essa etapa acaba sendo marcada pelo obscurantismo religioso que acabou por influenciar diretamente suas colônias. Esse movimento de contrarreforma refletiu no Brasil Colonial e culminou em uma forte resistência católica no âmbito cultural, predominando o espírito jesuítico⁴. Fernando de Azevedo comenta que,

uma das conseqüências, porém, certamente a mais larga e a mais importante, dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer, fornecendo uma base ideológica, linguística, religiosa e cultural à unidade e à defesa nacionais. (AZEVEDO, 1975 p. 42)

A gana pela dominação e doutrinação do território brasileiro por parte dos portugueses foi tão intensa que percebemos a movimentação ideológica preparada pelos jesuítas. Essa ideologia cristã ficou impregnada em nossa sociedade, impedindo o desenvolvimento de um espírito científico e do surgimento das Universidades. Por outro lado, Marquês de Pombal acabou por liderar um movimento que beneficiaria as universidades portuguesas e ao final do século XVIII se consolidaria na reforma universitária portuguesa, garantindo o desenvolvimento científico novamente. Com a reforma universitária, o pensamento baseado na investigação científica tornou-se liberto e abriu espaço para as ciências modernas e para a criação de inúmeras faculdades. Esse feito português refletiu em nossa sociedade após a independência do Brasil, o espírito da reforma universitária portuguesa rondou terras brasileiras reivindicando amplo escopo cultural que fora negado pela repressão religiosa. O Brasil se lançava para o cenário intelectual em meados do século XIX, e é justamente nesse período que alguns autores iniciam estudos sobre sociedades aqui no Brasil. Segundo Santos,

Após a independência do Brasil, em 1822, inicia-se nova fase na história nacional e, conseqüentemente, na evolução da reflexão sociológica e política. Redefinem-se os termos da relação da comunidade brasileira com seu próprio passado e com o presente do mundo, isto é, princípios do século XIX. Antes de tudo, necessita a recém-criada nação aparelhar-se para a vida organizada independente, para o autogoverno, e para as relações com as outras nações. A evolução do pensamento político e social ficará, como é claro, na atividade científica, a qual exhibia um juízo implícito sobre as ciências sociais e sobre sua relevância para a estruturação do novo país. (SANTOS, 1978, p.23)

⁴ É sobretudo, durante o predomínio desta segunda Escolástica Portuguesa – aproximadamente a partir do segundo quartel do século XVI até o último do século XVIII – que se desenrola a história colonial do Brasil. A segunda Escolástica Portuguesa encontra seu suporte institucional mais importante na companhia de Jesus, organizada definitivamente em 1539. (SANTOS, 1978, p.21).

A relação entre o passado colonial e a formação da sociologia está diretamente entrelaçada, dado que a “cultura brasileira não poderia furtar-se à lógica colonial” (RAMOS, 1995, p.36). A situação colonial afetaria diretamente a formação do povo brasileiro, tendo impactos coletivos na chamada identificação da “personalidade do colonizado” e sua relação com a formação histórica. O passado colonial dependente, bilingue, escravista deixaria marcas profundas na sociedade brasileira, algo que modificações nas estruturas não seriam capazes de responder. Assim, a sociologia no Brasil e nos países latino-americanos com formações semelhantes teriam impactos com influências exógenas e incapazes de constituir um pensamento autêntico, "a disciplina sociológica nesses países se constitui de glosas de atitudes, posições doutrinárias e fórmulas de salvação produzidas alhures, ou ilustra menos o esforço do sociólogo para compreender a sua sociedade, do que para se informar da produção dos sociólogos estrangeiros. (idem, p.37)

A crítica de Guerreiro Ramos refere-se à incapacidade da sociologia, tal como a conhecemos, de olhar de forma independente e propor soluções de reorientação política nas estruturas da sociedade brasileira. A complexidade da formação da sociedade brasileira criaria uma exigência em produzir um conhecimento capaz de intervir racionalmente nas relações sociais, que não poderia ser transplantado de fora. Quanto à consolidação da área de conhecimento: seria necessário responder aos anseios do andamento social. Para Wanderlei Guilherme dos Santos, no Brasil isso ocorre exatamente com “[...] a desagregação da sociedade patrimonial escravista, e concomitante aparecimento e diferenciação da sociedade de classes, e à absorção da parafernália metodológica e técnica própria do trabalho científico moderno. (SANTOS, 1978, p.32).

Por outro lado, Florestan Fernandes (1976) classificou o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil dividido em três fases. Na primeira fase, definiu a sociologia como caracterizada pelo uso parcial, somente para esclarecer determinados fatos sociais e é datada ao final do século XIX. No segundo período, a sociologia é isenta de racionalidade, uso do pensamento racional para explicar as condições sócio-históricas da sociedade brasileira, ainda adere a um sistema mais complexo de análise pragmática e é datada no início do século XX. Na terceira fase, apresenta-se como sistematização do trabalho científico que se assemelha a sociologia que conhecemos atualmente é datada no segundo quartel do século XX, com a criação da USP.

Na ótica do sociólogo uspiiano, a sociologia se agregou no meio sociocultural brasileiro com as transfigurações estruturais e culturais que transformam o sistema institucional do país, principalmente nas áreas mais industrializadas, como São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, o sistema escolar e a divisão do trabalho requisitariam uma nova configuração desses modelos, incitando a especialização da sociologia, bem como a solidificação das pesquisas no ensino escolar,

necessitando de um “desse tipo de linguagem científica, ilustrada pelas Ciências Sociais, permite aquilatar o grau de modernidade da cidade de São Paulo” (ARRUDA, 2001, p. 213).

Ademais, a sociologia brasileira configurava-se com a participação de alguns juristas e médicos na metade dos anos de 1880, eles foram responsáveis por interpretar nossa sociedade até naquele período. As análises partiam da conjuntura política e econômica e ao longo de suas experiências dentro desse campo aproximavam-se do cientificismo, que caracterizavam as fundamentações baseadas na reconstrução histórica do Brasil. As questões sobre raça são um exemplo desses estudos. Temos Lívio de Castro (1864-1890) por exemplo, que era médico e conciliou seus estudos sobre antropologia física e fisiologia nervosa às suas pesquisas sociais por meio “de extrapolações baseadas na craniometria de Broca” (CANDIDO, 2006, p.275), aceita com controversas no período.

Essa teoria determinava uma inferioridade intelectual por intermédio de uma evolução filogenética. Partindo desses princípios, uma de suas principais obras foi sobre o papel da mulher na sociedade, na qual sua ideia central era a inferioridade da mulher em relação ao homem. Para ele, a mulher vive em um ambiente restrito e alienada da história. Assim, esses fatores de ordem cultural interferiam na evolução biológica da mulher. Os estudos de Livio de Castro estavam concatenados aos estudos sobre eugenia, pensamento retrógrado que foi amplamente difundido em seu período.

Também, temos a forte influência das correntes europeias e norte americana, como o iluminismo francês, o evolucionismo, o determinismo biológico e o positivismo, que permearam alguns autores da época.

Anos mais tarde surgem possibilidades para outras pesquisas de cunho sociológico, talvez, um dos mais geniais seja Euclides da Cunha (1866-1909), que observou diretamente a Guerra de Canudos e descreveu a característica social e geográfica que os sertanejos enfrentavam, bem como, o espírito de hierarquia dos republicanos, detalhando dois Brasis distintos, um interiorano e atrasado e o outro litorâneo e desenvolvido.

Além desses estudos de caráter sócio-geográficos, temos também os estudos generalizantes e nacionalistas de Alberto Torres, que tinha uma preocupação fecunda com o povo e imbuía ao Estado a tarefa fundamental de organização e decisão dos rumos da política no país, por meio de um Estado forte que se sobrepunha aos anseios da população. Torres preconizava um desenvolvimento com características nacionais e agrárias devidos as fatalidades históricas e geográficas do nosso país.

Portanto, diante desses fatos percebemos que a sociologia no Brasil se solidificou de maneira totalmente diferente em relação ao surgimento da sociologia nos países de capitalismo

centrais na sociedade civil e com vocação para a reforma social (VIANNA, 2004), em terras tupiniquins a sociologia se consolida por intermédio das Universidades e com uma agenda pesquisa francesa e norte-americana. Nesse caso, importante destacar a posição de Alberto Guerreiro Ramos que procurou atrelar a disciplina de sociologia dos grandes problemas do país, uma sociologia de caráter nacional e autônoma e de efetiva participação política capaz de alcançar a autarquia do Brasil.

Uma sociologia de caráter nacional

Em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, na segunda parte intitulada de *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, Guerreiro Ramos guiou seu pensamento acerca do problema da sociologia brasileira, com base em sete teses que foram discutidas e votadas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado em julho de 1953, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. As teses defendidas por Ramos (1995) tinham como elementos norteadores a defesa da construção de uma sociologia voltada para defesa dos interesses nacionais. Uma ciência devotada das causas nacionais e que não consista no transplante literal de modo rigoroso por modelos científicos e teóricos de países desenvolvidos, cujas pesquisas se emprenhavam em detalhes da vida social. Para o sociólogo baiano havia dois tipos de transplantações, as predatórias e as acelerativas. A primeira desgastava o sistema econômico dos países coloniais sufocando suas disponibilidades de renda e a segunda, mais propositiva, contribuiria para incrementar velocidade de capitalização nos países periféricos. Nesse aspecto, a sociologia deveria se ater a investigação de aspectos gerais, parciais das estruturas nacionais e regionais.

Essa perspectiva partia de uma leitura da realidade brasileira, que necessitam de um esforço de criação intelectual devido suas condições particulares de transformação na infraestrutura e no processo de industrialização. O imperativo da crítica surgiria mediante o processo particular de cada país e sociedade, “cada caso particular tem seu diagnóstico particular” (RAMOS, 1996, p. 46) o que não seria suscetível explicações de caráter generalizantes e universais. Para ele, cada sociedade, povo e grupo social suscitam explicações particulares dadas as condições particulares de seu projeto de existência social.

Para chegar a essas conclusões, devemos retomar as teses desenvolvidas por Guerreiro Ramos. Na ótica do sociólogo baiano, o colonizador em terras tropicais não encontrou as mesmas dificuldades e resistências que em muitos vizinhos latino-americanos. O colonizador não havia encontrado o povo, como encontrou no México, Peru e em outros países, operou em terras vazias e foi se constituindo como uma formação estranha a população nativa. O processo de

independência marcaria historicamente a independência territorial do país e não a constituição de uma nação, sendo “o povo brasileiro é ainda hoje uma entidade histórica *in status nascendi*” (RAMOS, 1995, p.115). A construção de uma nacionalidade passaria por um conjunto de estruturas nacionais, sistemas de transportes, comunicação e a constituição de mercado nacional, a unidade nacional ocorria apenas em função da língua. Apesar de considerar que em 1822 apresentava-se o problema nacional ao país, “a conquista da independência política pelo Brasil impunha aos brasileiros a necessidade de rever e reformar as instituições instaladas pelo português” (idem), que obedeciam ao propósito predatório e explorador. Ainda há que se considerar que as elites dirigentes gravitavam em torno do Estado apenas para interesses particularistas, tendo um “alheamento da realidade nacional” (BARIANI, 2011) incapaz de ditar os ritmos racionais do processo de modernização do país.

Assim, podemos encontrar em Guerreiro Ramos a ideia de que o trabalho sociológico na periferia ocidental carece de um projeto coletivo para liquidar a mentalidade colonial e atrelar o desenvolvimento sociológico às benfeitorias de suas populações e de reformas institucionais, que estavam dependentes do alargamento industrial de suas estruturas nacionais e regionais,

o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, o sociólogo deve aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;” (RAMOS, 1995, p 106)

Esse aspecto é fundamental quando o sociólogo retoma a questão do negro e do racismo em seu pensamento e sustenta que o negro é estudado no Brasil a partir de categorias e valores da sociedade europeia. Guerreiro Ramos salienta a necessidade de um projeto nacional que incorpore o negro dentro das particulares nacionais e regionais do país, afirmando que a “questão do negro não é uniforme no Brasil, há diferenças regionais e de classe; que o preconceito de cor não equivale ao preconceito racial; que o homem de cor assimila os padrões da cultura dominante e se vê segundo os padrões dos brancos” (OLIVEIRA, 2009, p. 246).

Foi com essa perspectiva que participou ativamente do Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944, que teve por objetivo sensibilizar o público dos encontros pela população negra no Brasil, que envolvia uma tomada de consciência da questão do negro, “sua proposta era ressaltar e positivar os valores negros, junto a negros, quebrar preconceitos e conseguir o reconhecimento da cidadania negra.” (OLIVEIRA, 2009, p.244). Para isso, criticou duramente visões de racistas e arianizantes vinda de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, sempre com a premissa

de que o negro é o povo no Brasil, não é um componente estranho de nossa cultura, “o negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional” (RAMOS, 1995, p. 200).

Partindo dessas premissas, algo que é muito interessante de se assinalar é que Guerreiro Ramos sempre relacionou o negro com as questões das classes sociais. Assim, a crítica que fez a Nina Rodrigues como a absorção das religiões de matriz africanas se dava como comportamento das classes economicamente desfavorecidas e criticava duramente a identificação da negritude associada a criminalidade: “a maior frequência de indivíduos pigmentados na estatística de certos crimes decorre necessariamente de sua predominância em determinadas camadas sociais. Assina um fenômeno quantitativo e não qualitativo”. (RAMOS, 1995, p.191).

No exercício de fazer valer as teses, Guerreiro Ramos denuncia o que denominava de uma postura alienada e consular da sociologia brasileira sobre a questão do negro, sendo uma espécie de dialeto da cultura europeia, exemplo dessa premissa seria a utilização do conceito de aculturação que fora empregado como forma de defesa da branquitude e da herança cultural europeia como sinônimo de superioridade estética e cultural.

Desse modo, o sociólogo baiano direciona seu pensamento para a questão da prática sociológica nos países latino-americanos e que, no caso, refere-se a uma sociologia que caminhasse com suas próprias pernas, abandonando os laços umbilicais, o qual tornaria nossa sociologia um produto secundário da reação sociológica de cunho europeu e norte americano.

O que Guerreiro Ramos pretendia, na verdade, era uma proposta salvadora que revigorasse o social e que, por sua vez, fosse capaz de solucionar os problemas locais. Dessa forma, fora sempre frisado o comprometimento com a realidade brasileira de modo pragmático e uma vez que os sociólogos compreendessem a realidade brasileira em sua totalidade, também seriam capazes de desenvolverem técnicas para solucionar problemas específicos de nossa realidade: a de um país subdesenvolvido, bandeira essa que o ISEB sempre defendeu.

Portanto, Ramos organizou um conjunto de três questões para dar conta de sua teoria, e segundo Lynch (2015) o primeiro passo era atualizar a grade curricular da disciplina de sociologia no Brasil,

O intento era o de substituir a sociologia baseada no positivismo e na Escola de Chicago por uma orientação que, nas ciências sociais, encontrava a sua correspondência na sociologia do conhecimento de Weber e Mannheim. O reconhecimento do caráter culturalista, relativista e historicista da ciência social impunha ao cientista social a obrigação de pensá-la à luz das necessidades e particularidades do contexto latino-americano, onde grassava o semicolonialismo e a dependência cultural. (LYNCH, 2015, p.28)

Para que isso fosse superado Ramos visitou as obras de Balandier, Myrdal, Sartre, Prebisch e Furtado, os três primeiros autores eram para auxiliar a questão do choque intelectual do colonialismo, “a alienação da ciência social na periferia do mundo e a carência de uma teoria capaz de promover a consciência crítica da região e superar os obstáculos à sua autodeterminação” (LYNCH, 2015, p.28). Prebisch e Furtado, eram para dar luz ao comovente desacerto em relação às teorias europeias que eram praticadas em países periféricos (como o nosso).

Assim, Guerreiro Ramos elaborou um conjunto de ideias sistematizadas e criou seu próprio método de análise, que foram publicadas em *A redução sociológica* (1958). Como se sabe, antes de Ramos elaborar seu método de análise, já havia percorrido pela temática das teorias clássicas da sociologia em terras latino-americanas. A redução sociológica seria uma atitude metódica e histórica frente aos objetos e fatos da realidade social, “redução” não significaria reduzir, mas retirar tudo o que há de acessório, consiste em desembaraçar componentes secundários. Ao se defrontar com a realidade social, o sociólogo entendia que o Brasil havia conquistado um patamar de desenvolvimento que necessitava de uma análise endógena das estruturas sociais dadas as particularidades⁵ de sua construção. Neste caso, seriam 7 procedimentos que ofereceriam os passos necessários para a análise da realidade social brasileira, partindo de atitude metódica e desdobramento por um olhar crítico e coletivo, postulando um visão mundo crítica da realidade nacional.

Aspecto importante de se destacar é que a redução sociológica não se trata de um recusa pueril e ingênuo da experiência estrangeira ou da negativa de aspectos universais da ciência, conforme observamos, Guerreiro Ramos mantém diálogo intenso com diversos autores e matrizes de pensamento estrangeira, trata-se sim, de uma perspectiva crítico-assimilativa da experiência estrangeira dirigida por uma aspiração universal e mediada pelas estruturas nacionais e regionais (RAMOS, 1996).

A segunda questão para Ramos foi sobre a utilização das ciências sociais para organizar a sociedade brasileira. Para isso, ele precisou fazer uma revisão de todos os trabalhos publicados acerca das interpretações do Brasil. Dessa maneira, pôde separar o joio do trigo, melhor dizendo, separar a parte boa do pensamento sociológico brasileiro, que era o comprometimento com a

⁵ Em texto sobre recente sobre 100 anos de Florestan Fernandes, Totti (2022) destaca o debate na formação da sociologia brasileira entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes que tinha como pano de fundo a perspectiva metodológica de formação de uma ciência sociológica no Brasil. Enquanto Florestan Fernandes defendia valores universais da ciência e que seus métodos universais são aplicáveis em quaisquer particularidades. “De outro lado, Guerreiro Ramos propõe uma sociologia de caráter particularista, não que o que o sociólogo baiano negasse as determinações universais da ciência, mas entendia que elas tinham que se adaptar à realidade nacional e regional e pensava fundamentalmente uma sociologia de redenção nacional”. (TOTTI, 2022, p.114).

autonomia nacional da parte infectada que seria a ingenuidade da sociologia clássica (LYNCH, 2015). Ramos, nesse período perceberia que,

[...] semelhante interpretação informava mais sobre o que o Brasil havia sido até então (uma sociedade semicolonial, com uma consciência ingênua acerca de si) do que aquilo que ele estava em vias de se tornar: uma sociedade autônoma, com uma consciência crítica de si mesma, graças à industrialização em curso e à formação de um mercado interno nacional. (LYNCH, 2015, p.29).

Ao intuir isso, saltou para o terceiro ponto de sua elaboração teórica. Nesta fase, a proposta de Ramos era a consolidação da *teoria da sociedade brasileira*. Sua base consistia na criação de um pensamento político que auxiliasse nas tendências de autodeterminação daquele período. Para isso, ele teria que compreender toda a dinâmica da sociedade brasileira em curso, e por fim as elites e as ideologias vigentes.

A *teoria da sociedade brasileira* (LYNCH; MARRECA, 2021) previa uma sociologia que abarcasse e realizasse um esforço de conceituação de inúmeras áreas tais como industrialização, mudança social e etc, uma teoria de Brasil semicolonial que adquirisse autoconsciência e passasse ao plano de um conjunto de tarefas de industrialização como “transformação das condições materiais do país impunha uma tomada de consciência crítica pelos intelectuais, compreendendo a questão do desenvolvimento como um problema político e epistemológico” (idem, p. 1027). Analisando de outra perspectiva, esse nacionalismo engajado atrelado aos inúmeros movimentos de libertação dos anos 1950 e 1960, a crítica ácida e dura ao PCB e sua alienação da sociedade brasileira seria capaz levaria o nosso autor a considerar que o “Brasil, naquele contexto, vivia seu momento revolucionário ideal para a implementação de um ‘novo socialismo’ de caráter nacional” (MOTA, 2010, p.97).

Considerações finais

Compreender o pensamento de Guerreiro Ramos, implica em conhecer quem foi Guerreiro Ramos, sua trajetória na política brasileira, sua trajetória acadêmica com suas obras relevantes para a sociologia brasileira. Guerreiro Ramos foi um intelectual a altura de muitos grandes nomes da sociologia brasileira, porém um tanto quanto esquecido por muitos cientistas sociais e resgatar suas ideias e trazê-las para atualidade nos auxilia a compreender o emaranhado científico que ressignificou a sociologia brasileira. Ainda, para além disso, praticarmos uma sociologia como ele mesmo disse “em mangas de camisa”.

Ao discutir a formação da sociologia no Brasil, passar por Alberto Guerreiro Ramos é leitura obrigatória! Homem do seu tempo e comprometido com as lutas do seu período nas palavras de Lucia Lippi de Oliveira (2009), polemizou e procurou moldar a sociologia a realidade nacional do seu país. Industrialização, desenvolvimento, a questão do negro tinha como intuito a construção de projeto de soberania nacional e autarquia de um país que considerava imersos às amarras do colonialismo.

Essa concepção foi forjada imersa a debates e lutas contra os denominados “cânones acadêmicos”, em oposição a eles, sua sociologia foi solapada a padrões extra ou anticientíficos, mas que estava comprometida com uma visão de país e construção de nação. Evidentemente, retomando as palavras de Lucia Lippi (2009, p. 243) “no mundo globalizado de hoje o espaço de nação é bem menor do que se supunha”. Contudo, em mundo ainda demarcado fortemente pela imposição imperialista, seja pela violenta da tomada dos territórios, seja pela dominação econômica ou pela dominação eurocêntrica na Sociologia e nas Ciências Sociais em geral, o debate de uma epistemologia dos povos do sul se faz presente e, certamente, Alberto Guerreiro Ramos tem lugar de destaque nesse debate.

Aliás, o debate em torno da obra de Guerreiro Ramos transcende o mero debate entre epistemologia do sul/norte ou se encaixa apenas em visão deconialista ou mesmo de um nacionalismo denominado populista pela escola de sociologia paulista, suas ideias transcende tal debate e apontam para rumos de país e construção de uma forma socialismo particular no Brasil.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. São Paulo no meio século XX. Bauru; Edusc, 2001.

AZEVEDO, Fernando. *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 11ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.18, n.271-301, jun. 2006.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, Jan./Abr. 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril; MARRECA, Pedro Paiva. *Sociologia e Antropologia*. | rio de janeiro, v.11.03: 1025 –1049 , set. – dez., 2021.

REVISTA MUNDO E DESENVOLVIMENTO
Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil. 29 interpretações e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RAMOS, Guerreiro. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira". In: _____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

TOTTI, Marcelo Augusto. Entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes: aspectos da formação de uma sociologia no Brasil. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). *100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Revan, 2004.